

DA VIOLÊNCIA URBANA À VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO: UMA LEITURA DO USO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO CAPITALISTA EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Bruno de Azevedo Vieira[1]
Suzane Tosta Souza[2]

Palavras-chave: Financeirização; Superexploração; Periferização.

INTRODUÇÃO

A violência, enquanto instrumento de controle e dominação social, deve ser compreendida para além de sua aparência imediata, configurando-se como um elemento constitutivo da formação social e espacial do Brasil contemporâneo. No contexto dependente do capitalismo, sua função torna-se ainda mais central à reprodução das relações sociais de produção, especialmente nas áreas urbanas densamente povoadas. As periferias favelizadas, que concentram grande parte da força de trabalho, são alvo de um processo sistemático de militarização, em que o Estado atua não como garantidor de direitos, mas como "gestor" de controle e manutenção da ordem nos territórios subordinados.

Longe de nos conformar com a noção vaga e despolitizada da categoria "Necropolítica", do filósofo e cientista político Achille Mbembe (2011), que não identifica os sujeitos que operam a política de morte, acabando por obscurecer a exploração de classe e o papel histórico das classes dominantes, este trabalho objetiva analisar o uso da

[1] Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia - UESB, bolsista de Iniciação Científica – CNPq.
[2] Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Professora Plena da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia – UESB.

violência pelo Estado burguês na periferia urbana a fim de compreender se a violência atua como *meio* necessário para a valorização capitalista do espaço urbano, a partir da releitura da obra: *Geografia Crítica: a valorização do espaço* dos geógrafos Moraes e Costa (1999).

Orientados pela Crítica da Economia Política Marxista e na Teoria Marxista da Dependência, a pesquisa investiga como o Estado brasileiro atua na valorização do espaço por meio da coerção e do consentimento, revelando uma lógica de controle que se manifesta tanto na brutalidade policial, quanto na negligência dos serviços básicos, afetando diretamente a reprodução material das populações trabalhadoras, especialmente dos jovens negros. No contexto do capitalismo dependente e financeirizado, a cidade de Vitória da Conquista (BA) é tomada como objeto empírico, com dados coletados da pesquisa de iniciação científica, sob fomento do CNPQ, entre 2022 e 2025 a partir de *blogs* locais, ONGs, entre outras, evidenciando o papel do Estado na espacialização da violência e nas formas contemporâneas de dominação social.

A partir da releitura do conceito de Valorização do Espaço podemos assim entender que o uso violência pelo Estado é objetivado pelo domínio do capital sob este ente. Operando como mediação de grande importância para realização do *valor do espaço* e *valor no espaço*, em um ambiente financeirizado em que as esferas do capital e suas frações se entrelaçam em um movimento de reprodução complexo e contraditório. A repressão direta, atua aqui, como instrumento de "limpeza territorial", eliminando resistências sociais e preparando o solo urbano para investimentos. Não se limitando, vale salientar, ao uso físico deste *meio,* assim estende-se à dominação através das formas ideológicas de consentimento, que criam uma espécie de “alienação territorial”.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa e crítica, fundamentada na Crítica da Economia Política Marxista e na Teoria Marxista da Dependência (TMD). Utiliza-se, ainda, para uma operacionalização com maior acuidade de categorias do temário geográfico, a “Valorização do Espaço” e “Espaço” da Geografia Crítica, nosso objetivo inicial analisar a atuação da violência estatal na reprodução da vida urbana em Vitória da Conquista (BA), verificando sua participação no processo de valorização capitalista do espaço. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico com foco em três eixos: a formação econômico-social e espacial do Brasil, com destaque para processos de

modernização, urbanização e periferização em Vitória da Conquista; obras que discutem a violência e suas implicações sociais; e demais produções teóricas relevantes ao debate proposto.

A coleta de dados empíricos baseou-se em registros de violência divulgados em *blogs* locais (do Anderson e do Sena), organizados por tipo de violência, seguindo os demarcadores sociais definidos enquanto centrais à análise (idade, gênero, identidade de gênero, raça e etnia) e localização espacial, quando identificável. Complementarmente, utilizaram-se dados secundários de instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP/BA) e a ONG Seguridad Justicia y Paz. A análise dos dados se orienta pelos fundamentos da TMD e da valorização do espaço, buscando compreender de que maneira a violência estatal contribui para a manutenção das relações de dependência e para a reprodução da lógica capitalista no espaço.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A violência nas periferias urbanas deve ser entendida como ferramenta estruturante da sociabilidade capitalista, especialmente no contexto brasileiro, marcado pela dependência. Em Vitória da Conquista, ela atua não apenas como reflexo das desigualdades, mas como instrumento de valorização do espaço urbano, mediada pelo Estado em favor da acumulação capitalista. A gênese da cidade remonta ao processo colonial, com a expropriação de povos originários e expansão pecuária no sertão baiano. Segundo Moreira (2020), a formação espacial ocorreu por sobreposição de ciclos de acumulação, moldando o território à lógica produtiva.

Desde os anos 1970, com a inserção subordinada do sudoeste baiano à economia agroexportadora, a modernização conservadora e a expansão da cafeicultura resultaram no deslocamento de camponeses e trabalhadores, impulsionando a periferização urbana (Souza, 2010). Isso se insere num movimento maior de concentração do capital durante a ditadura empresarial-militar, que desmontou economias regionais em subordinação ao capital financeiro (Oliveira, 1993; Moreira, 2020). O Estado, longe de ser um ente passivo, atua como instrumento da dominação de classes. Engels já afirmava que este surge para conter os conflitos entre classes antagônicas. Em Vitória da Conquista, isso se expressa na

repressão às periferias racializadas, com a violência militarizada como forma de gestão territorial.

Dados de setembro de 2023 a agosto de 2024 mostram que 60% dos homicídios e tentativas ocorreram na zona oeste, seguida da zona norte (16%), sul (13%) e leste (8%). A concentração territorial da violência coincide com regiões precárias e racializadas, resultado de uma política urbana seletiva. A valorização do espaço urbano exige a desvalorização das populações em áreas "não rentáveis". Em vista, a releitura de Moraes e Costa (1999) evidencia-se que a repressão estatal atua como mediação para a realização do *valor no espaço* e o *valor do espaço*. A violência serve à conversão do espaço em mercadoria, promovendo uma verdadeira "limpeza social", gerando uma espécie de "alienação territorial".

A análise se aprofunda ao considerar parte da lógica de financeirização do Estado. Em 2023, R$1,89 trilhão (43,23% dos gastos federais) foram para o pagamento da dívida pública, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida. Enquanto isso, áreas sociais receberam investimentos ínfimos, agravados por medidas como a EC nº 95/2016 e a LC nº 200/2023, intensificando a repressão nas periferias. Além disso, há militarização crescente da gestão urbana, como a compra de armamentos israelenses de R$58 milhões pelo governo baiano. Tais dinâmicas evidenciam a influência do imperialismo estadunidense nas políticas de segurança em países de capitalismo dependente, como discute Luce (2018), ao tratar da *transferência de valor como intercâmbio desigual* e duas de suas formas: *i*) serviço da dívida e *ii*) apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais.

A atuação seletiva do Estado, portanto, não deve ser lida como uma disfunção de suas funções institucionais, mas como expressão da sua essência. Como sintetiza Osório (2019), o Estado é, sobretudo, violência concentrada, e opera como instrumento das classes dominantes na regulação do território e no disciplinamento das massas trabalhadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência urbana é a mediação concreta da valorização do espaço no capitalismo dependente brasileiro. A resistência a esse modelo exige a afirmação de outras formas de produção do espaço, orientadas pela coletivização da terra. Assim, a compreensão da vida urbana em Vitória da Conquista demanda uma análise crítica de sua formação histórico-geográfica, articulada às dinâmicas do capitalismo dependente e financeirizado.

A cidade expressa, de forma concreta, as contradições estruturais da sociabilidade capitalista brasileira, marcada pela colonialidade, pela superexploração da força de trabalho e pela reprodução das desigualdades espaciais, em suma pela dependência.

O uso da violência pelo Estado, longe de representar uma falha institucional, constitui-se como instrumento essencial de gestão territorial, operando tanto pela repressão direta quanto pela imposição ideológica do consentimento. A análise empírica evidenciou que a violência se territorializa de forma seletiva, incidindo sobre regiões racializadas e periféricas, que historicamente concentram os impactos da precarização urbana e da omissão estatal.

Nesse contexto, o Estado atua como operador das estratégias de acumulação, criminalizando a pobreza, militarizando a vida cotidiana e reprimindo qualquer forma de resistência popular. A intensificação da financeirização — expressa, entre outros aspectos, pela escolha política de priorização do pagamento da dívida pública — compromete os investimentos sociais e reforça a dependência frente ao imperialismo, reafirmando o caráter subordinado das formações sociais latino-americanas.

REFERÊNCIAS

LUCE, Mathias S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: seguido de Sobre el gobierno privado indirecto*. Tradução de Elisabeth Fawmir Archambault. Buenos Aires: Melusina, 2011.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W M. Geografia critica a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

SOUZA, Suzane Tosta. Expansão do capital no campo versus conflitos de classes no território: luta pela terra e reprodução camponesa. In. SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. Leituras sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2010.